

Ata da 29ª Reunião da Comissão Interministerial de Mudanças Globais do Clima, ocorrida em 23/03/2006, às 15h00, no Ministério da Ciência e Tecnologia, Esplanada dos Ministérios, Bloco E, Sala de Reuniões dos Conselhos, 2º Andar

Participantes:

1. José Domingos Gonzalez Miguez – Secretário Executivo
2. Ruy de Góes Barros – Ministério do Meio Ambiente
3. João Antônio F. Salomão – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
4. Laura Porto – Ministério de Minas e Energia
5. Fernanda Bocorny Messias – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
6. Guido Gelli - Ministério do Planejamento
7. Lindemberg de Lima Bezerra– Ministério da Fazenda
8. Magda Aparecida de Lima - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
9. Newton Paciornik – Ministério da Ciência e Tecnologia

O Secretário Executivo, Dr. José Domingos Gonzalez Miguez, iniciou os trabalhos da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima (CIMGC) dando boas vindas a todos os representantes dos Ministérios.

1. Aprovação da Ata da 28ª reunião da Comissão Interministerial.

O Secretário Executivo Dr. José Domingos Gonzalez Miguez informou que a minuta da Ata da 28ª Reunião foi encaminhada aos membros da Comissão com antecedência e indagou se alguém teria alguma observação a fazer.

A Dra. Laura Porto pediu que o termo “licenciamento pela Aneel” fosse substituído por “autorização pela Aneel”.

Sua observação foi prontamente anotada.. Não havendo outras observações a Ata da 28ª reunião foi aprovada com a correção sugerida.

2. Projetos de MDL submetidos à Comissão Interministerial.

O Secretário Executivo pediu à Dra. Branca Americano que procedesse à análise dos projetos MDL.

➤ Projetos em fase de revisão

• Repotenciação de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH) no Estado de São Paulo;

A Dra. Branca observou que o projeto respondeu o Ofício nº MDL 091/2006/CIMGC, de 06 de janeiro de 2006, no dia anterior à 29ª Reunião da Comissão, não sendo, portanto, possível distribuir a documentação aos membros da Comissão nem analisá-la.

- **Projeto do Cogeração com Bagaço Cucaú;**

A Dra. Branca informou que dentre as exigências apontadas no Ofício nº MDL 093/2006/CIMGC, de 07 de março de 2006, apenas uma não havia sido atendida sugerindo, assim, que o projeto fosse aprovado com ressalva.

Destacou que a exigência não cumprida refere-se à existência de uma CAR (Ação Corretiva) no Relatório de Validação na qual é ressalvada a não aprovação do projeto pela Autoridade Nacional Designada. Tal questão já foi objeto de deliberação pela Comissão Interministerial, tendo sido acordado o entendimento de que não cabe à EOD validar o trabalho da AND brasileira.

O Secretário Executivo complementou informando que esta questão decorre de um conflito de interpretação de uma decisão do Conselho Executivo. Destacou que as EODs tentaram forçar a idéia de que o Relatório de Validação deveria conter a Carta de Aprovação emitida pelas ANDs. Entretanto, a interpretação mais apropriada é a de que as EODs não têm competência para validar o trabalho das ANDs. Informou, ainda, que duas EODs, que atuam no Brasil, a TÜV SÜD e a DNV, já passaram a evitar a inclusão de Ações Corretivas vinculadas a este tema em seus Relatórios de Validação.

A Dra. Laura Porto destacou que não consta do parecer preparado pelo MCT uma ressalva levantada pelo MME acerca da autorização da Aneel para a expansão da capacidade produtiva.

A Secretaria Executiva verificou que o parecer técnico foi encaminhado pelo MME, , no dia 10 de fevereiro de 2006, três dias após a submissão do ofício nº MDL 93/2006/CIMGC aos proponentes do projeto Cucaú.

O Secretário Executivo sugeriu que o projeto fosse Aprovado com Ressalvas e que esta observação fosse incorporada ao novo ofício.

A CIMGC deliberou pela **aprovação com ressalva** do Projeto do Cogeração com Bagaço Cucaú, condicionada ao atendimento das seguintes ressalvas:

1. Apresentação do Relatório de Validação Final, a ser enviado ao Conselho Executivo do MDL para registro. O documento submetido ressalva a não aprovação do projeto pela Autoridade Nacional Designada no CAR no 1 (Anexo 5 – Resumo das Constatações) e na Tabela 1, Exigência 1.2 (Anexo 4 – Protocolo de Validação). A Comissão Interministerial já deliberou anteriormente sobre essa questão, entendendo que não cabe à Entidade Operacional Designada, responsável pela validação do projeto, validar a Carta de Aprovação do projeto. A Carta de Aprovação deve ser anexada ao Relatório de Validação no momento em que ele é encaminhado ao Conselho Executivo do MDL para registro, de acordo com a decisão 17/CP.7 da Conferência das Partes da Convenção Quadro de Mudança do Clima da ONU. Dessa forma, a não emissão da Carta de Aprovação pela DNA não pode levantar uma Corrective Action Request (CAR) como consta do Relatório de Validação encaminhado a esta Comissão. Ao mesmo tempo, entende a Comissão que a redação da decisão 17/CP.7 permite interpretação diferente do processo de validação e registro de atividades de projeto. Dessa forma, com o intuito de

resolver esse problema, sugerimos o seguinte procedimento, já aceito por outras Entidades Operacionais Designadas:

- a) O Relatório de Validação submetido à Comissão deve ser exatamente o Relatório de Validação a ser submetido para registro pelo Conselho Executivo do MDL, contendo apenas a seguinte frase (texto sugerido para a versão em inglês): "The [name of DOE] will request the registration of the [name of project activity] as a CDM project activity, once the written approval by the DNA of the participating Parties and the confirmation by the DNA of Brazil that the project assists in achieving sustainable development has been received".
 - b) Quando o projeto for aprovado pela Comissão e a Carta de Aprovação emitida, a Entidade Operacional Designada emitirá um novo Relatório de Validação substituindo a frase do parágrafo acima por uma frase confirmando o recebimento da Carta de Aprovação. O restante do Relatório de Validação deve permanecer inalterado a menos da inclusão da seguinte frase (texto sugerido para a versão em inglês): "The only changes introduced in the validation report [revision number] dated [date] referred to in the letter of approval of the Brazilian DNA, are linked to the status of issuance of the letter of approval by the Brazilian DNA".
2. Esclarecer se há processo na ANEEL autorizando a expansão da capacidade da UTE Cucaú de 12,6 MW para 15,0 MW (a partir de 2006), de forma a atestar a plena conformidade de autorização de funcionamento do empreendimento;
 3. Rever o seguinte comentário apresentado na página 16 do Documento de Concepção do Projeto (PPE-MDL-DCP), Versão 2, de 5 de janeiro de 2006 sobre o PROINFA:

“...De 1.100 MW, apenas 685,24 MW (de projetos de cogeração de biomassa) foram alcançados. Isso mostra claramente que PROINFA não pode ser considerado um incentivo governamental para a cogeração de energia por bagaço, já que somente uma fração de projetos viu benefícios em obter um contrato com o governo brasileiro.”

Esclarece-se que:

- na implementação do PROINFA – Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica, foram realizadas duas Chamadas Públicas visando à celebração de contratos para geração de 3.300 MW com os empreendedores nas fontes: eólica, PCH e biomassa (bagaço de cana-de-açúcar, resíduos de madeira, resíduos de arroz e biogás).
- nestas Chamadas Públicas foram candidatos 315 empreendimentos, totalizando 7.899,54 MW, distribuídos em 3.720,03 MW para a fonte eólica, 1.924,17 MW para a fonte PCH e 2.255,34 MW para a fonte biomassa.
- após habilitação técnica, econômico-financeira, fiscal e jurídica, foram contratados 144 empreendimentos, totalizando 3.299,79 MW, distribuídos em 1.422,92 MW para a fonte eólica, 1.191,63 MW para a fonte PCH e 685,24 MW para a fonte biomassa (sendo 17,0 MW de resíduos de madeira e 675,24 MW de bagaço de cana-de-açúcar).
- os valores econômicos para cada fonte no PROINFA, que foram definidos pelo MME – Ministério de Minas e Energia, estão de acordo com as diretrizes da adequada remuneração aos investimentos necessários e da modicidade tarifária para os

consumidores de energia elétrica no país. Contudo, contratos não puderam ser efetivados, principalmente porque empreendedores apresentaram alto endividamento relativo à expansão do seu negócio, em detrimento da possibilidade de aumento de capacidade para produzir energia elétrica, o que dificultou a obtenção de financiamento e a celebração de contrato com a Eletrobrás.

Ademais, reafirma-se que, quanto ao PROINFA:

- trata-se de um programa estratégico no tocante à diversificação da Matriz Energética Brasileira (aumento da segurança energética), à preservação ambiental e ao desenvolvimento tecnológico (atualização e ampliação da indústria nacional);
- gerará aproximadamente 150.000 empregos diretos e indiretos, nas fases de projeto, construção e operação dos empreendimentos;
- está em absoluta consonância com os objetivos do Protocolo de Quioto, no tocante à mitigação das emissões de gases de efeito estufa e ao compromisso com o Desenvolvimento Sustentável e, nesse sentido, já foi considerado elegível ao Mecanismo de Desenvolvimento Limpo – MDL, sendo possível receptor de investimentos no País; e
- é uma referência mundial quanto à construção de uma política estrutural de incentivo às fontes alternativas de geração de energia elétrica, sendo objeto de grande interesse por parte de instituições governamentais, não-governamentais e empresariais.

- **ARAPUCCEL – Projeto de Pequenas Centrais Hidrelétricas;**

A Dra. Branca destacou que das exigências do Ofício nº MDL 089/2006/CIMGC, de 16 de janeiro de 2006, apenas uma não havia sido atendida.

A CIMGC deliberou pela **aprovação com ressalva** do projeto ARAPUCCEL – Projeto de Pequenas Centrais Hidrelétricas, condicionada ao atendimento da seguinte ressalva:

1. Reapresentação do DCP, com o item C.1 corrigido, constando a data do início da atividade do projeto em 01 de setembro de 2002 e não 09 de janeiro de 2002;

- **Projeto de Cogeração com Bagaço Nardini**

A Dra. Branca destacou que o projeto Nardini foi obrigado a modificar sua metodologia no dia 26 de dezembro de 2005 por decisão do Conselho Executivo do MDL. Sendo assim, os proponentes do projeto estavam requerendo maior prazo para finalizar a consolidação do novo Documento de Concepção do Projeto.

O Secretário Executivo destacou que o prazo de 60 dias estabelecido pela Comissão Interministerial tem por finalidade obrigar os proponentes de projetos a trabalharem de forma célere, retirando ônus da não aprovação de um projeto da CIMGC. Como o proponente do projeto Nardini está demonstrando a sua intenção de dar continuidade ao desenvolvimento do projeto e, considerando as dificuldades inerentes à adaptação para uma nova metodologia, não vê impedimento à concessão de prazo adicional para o projeto em questão.

Acrescentou, ainda, que com o intuito de evitar brechas jurídicas, esta questão está sendo tratada na Resolução nº 03, que será publicada em breve.

A CIMGC deliberou pela **manutenção do status de revisão** do Projeto de Cogeração com Bagaço Nardini e **prorrogação por mais 60 dias do prazo do projeto**.

- **Jaguari Energética S.A – Projeto de Pequena Central Hidrelétrica de Furnas do Segredo**

A Dra. Branca Americano destacou que, dentre as exigências do Ofício nº MDL 062/2005/CIMGC de 30 de novembro de 2005, apenas uma não havia sido atendida. Assim, sugeriu que o projeto fosse aprovado com ressalva.

A CIMGC deliberou pela **aprovação com ressalva** do projeto Jaguari Energética S.A – Projeto de Pequena Central Hidrelétrica de Furnas do Segredo, condicionada ao atendimento da seguinte ressalva:

1. Excluir ou corrigir informações sobre o PROINFA e o BNDES na Seção B.3, “passo 4. Análise da prática comum.” do DCP/PDD. A afirmação de que o BNDES exige garantias excessivas para o fornecimento de financiamento deve ser excluída ou fundamentada. Em seguida, a afirmação de que o “governo brasileiro declarou que os projetos no âmbito do programa Proinfa são também elegíveis para participação do MDL” está equivocada e deve ser retirada ou reformulada uma vez que a decisão de aceitar projetos oriundos de políticas governamentais como atividades MDL foi dos países partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, e não do Governo Brasileiro.

- **Pequena Central Hidrelétrica Nova Sinceridade – Brascan Energética Minas Gerais S. A (BEMG);**

A Dra. Branca Americano informou que tanto o parecer preparado pelo Ministério da Ciência e Tecnologia quanto o preparado pelo Ministério do Meio Ambiente sugeriram que o projeto deva permanecer em revisão.

Destacou que uma série de exigências não foram atendidas assim, sugeria a manutenção do status do projeto em revisão.

A Dra. Laura Porto acrescentou que em alguns momentos o DCP refere-se à “PCH Benjamim” evidenciando uma falta de cuidado na revisão do documento.

O Secretário Executivo também destacou que consta do DCP uma figura que ilustra a localização do projeto na Bacia do Rio Uruguai, no estado do Paraná, enquanto o projeto localiza-se no estado de Minas Gerais, na Bacia do Leste/Sudeste.

A CIMGC deliberou pela **revisão** do projeto Pequena Central Hidrelétrica Nova Sinceridade – Brascan Energética Minas Gerais S. A (BEMG), com atendimento das seguintes observações:

1. Apresentar documentação exigida no art. 6º da DN COPAM 13/95, em atendimento às exigências da licença ambiental nº 655. Não foi apresentada documentação que comprovasse a publicação da concessão ou renovação de licença ambiental.
2. Excluir ou corrigir informações sobre o PROINFA e o BNDES na Seção B.3, “passo 4. Análise da prática comum:” do DCP/PDD. A afirmação de que o BNDES exige garantias excessivas para o fornecimento de financiamento deve ser excluída ou fundamentada. Em seguida a afirmação de que o “governo brasileiro declarou que os projetos no âmbito do programa Proinfa são também elegíveis para participação do MDL” está equivocada e deve ser retirada ou reformulada uma vez que a decisão de aceitar projetos oriundos de políticas governamentais como atividades MDL foi dos países partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, e não do Governo Brasileiro.
3. Excluir a afirmação de que a Autoridade Nacional Designada do Brasil autorizou a implantação da atividade de projeto do corpo do texto do PDD/DCP (seção A.3) já que AND brasileira ainda está analisando o projeto.
4. Incluir na seção D.3 do PDD/DCP as justificativas apresentadas em resposta à ressalva 5 do Ofício no. MDL 067/2005/SEPED/CGMGM de 22/11/2005 para o sistema de monitoramento contínuo que é baseado em coletas mensais de 15 minutos.
5. Reapresentar o Anexo III da Resolução no. 1 da CIMGC, sem lacunas no corpo do texto de forma que seja possível a sua análise.
6. Retirar o termo “compensação ambiental” do Anexo III. A sua utilização não é adequada porque não está de acordo com a Lei no 9985/2000 e com o Decreto no 4340/02. Torna-se necessária a substituição do termo para que não haja imprecisão jurídica e conceitual.
7. Corrigir, na figura 4 do PDD/DCP, a localização do projeto e da bacia hidrográfica a que o mesmo pertence. O projeto, que faz parte da Bacia Hidrográfica do Leste/Sudeste, consta pertencer à Bacia Hidrográfica do Rio Uruguai na Fig. 4 do PDD/DCP.

- **Pequena Central Hidrelétrica de Ivan Botelho II (Palestina) – Brascan Energética Minas Gerais S. A (BEMG);**

A Dra. Branca informou que, assim como no projeto Nova Sinceridade, não foram atendidas todas as exigências. Dentre elas destacam-se a manutenção de informações contraditórias e equivocadas sobre o PROINFA e BNDES; persiste a informação de que a Autoridade Nacional Designada do Brasil autorizou a atividade de projeto; não foi compatibilizado o conteúdo do PDD com o DCP, em especial no que se refere a seção G.1; e persistia a utilização indevida do termo “compensação ambiental”.

A Dra. Laura Porto indagou qual tinha sido a solução dada sobre o fator de emissão do projeto.

A Dra. Branca informou que esta questão já havia sido discutida pela CIMGC, mas explicou que a solução proposta pela CIMGC que era a utilização do fator de margem combinada para os projetos de pequena escala não pode ser aplicada, uma vez que não está prevista dentro daquela metodologia simplificada. Sendo assim, a CIMGC acatou o posicionamento do proponente do projeto e retirou esta

ressalva. Paralelamente o Dr. José Domingos Gonzalez Miguez informou que havia solicitado ao grupo que trata de metodologias no Conselho Executivo do MDL que avaliasse a possibilidade de modificação dessa metodologia simplificada, eventualmente incluindo o cálculo da margem combinada como uma opção.

O Secretário Executivo acrescentou que outra providência que está sendo tomada é a requisição de uma definição formal dos fatores nacionais de emissão para os sistemas interligados de eletricidade no Brasil. Esta informação será repassada ao Conselho Executivo do MDL que passará a verificá-la durante o processo de validação.

A Dra. Laura Porto informou que mais de 70% das térmicas já haviam enviado as informações solicitadas. Esclareceu que as empresas estatais estavam demorando mais a fornecer as informações. Vários dirigentes das empresas estatais foram contatados pelo Ministério das Minas e Energias, informando da importância para o país que tais informações sejam fornecidas.

A CIMGC deliberou pela **revisão** do projeto Pequena Central Hidrelétrica de Ivan Botelho II (Palestina) – Brascan Energética Minas Gerais S. A (BEMG), condicionada ao atendimento das seguintes observações:

1. Excluir ou corrigir informações sobre o PROINFA e o BNDES na Seção B.3, “passo 4. Análise da prática comum:” do DCP/PDD. A afirmação de que o BNDES exige garantias excessivas para o fornecimento de financiamento deve ser excluída ou fundamentada. Em seguida a afirmação de que o “governo brasileiro declarou que os projetos no âmbito do programa Proinfa são também elegíveis para participação do MDL” está equivocada e deve ser retirada ou reformulada uma vez que a decisão de aceitar projetos oriundos de políticas governamentais como atividades MDL foi dos países partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, e não do Governo Brasileiro.
2. Exclusão da afirmação de que a Autoridade Nacional Designada do Brasil autorizou a atividade de projeto do corpo do texto do PDD/DCP (seção A.3).
3. Fazer alteração no PDD, conforme modificação introduzida na seção G.1 do DCP, de que o proponente do projeto enviou as cartas-convite às partes interessadas para solicitar seus comentários.
4. Em relação ao Anexo III, o termo “compensação ambiental” utilizado não está de acordo com a Lei no 9985/2000 e com o Decreto no 4340/02. Torna-se necessária a substituição desse termo por outro mais apropriado, para que não haja imprecisão jurídica e conceitual, quando se descrever as contribuições para o desenvolvimento sustentável. Ao mesmo tempo, é necessário que o proponente esclareça a motivação da criação da Unidade de Conservação citada, Parque Guarani, no Anexo III.

➤ Projetos submetidos na 28ª Reunião da CIMGC

O Secretário Executivo informou que dois projetos de suinocultura foram submetidos antes da 28ª Reunião da CIMGC.

- **Projeto de Mitigação GHG AWMS BR05-B-11 – Mato Grosso, Minas Gerais e São Paulo, Brasil;**

A Dra. Branca informou que este projeto apresenta uma série de problemas, sendo o mais relevante a questão do licenciamento ambiental. Sugeriu que as observações do MCT fossem consolidadas com as apresentadas pelo MMA.

O Secretário Executivo acrescentou que um problema que tem sido freqüente no Conselho Executivo é o da identificação precisa da localização do projeto. Muitos projetos situados em área rural acabam informando endereços do tipo “quilômetro x da rodovia y, entrada z”. Este tipo de informação deveria ter que ser verificada pelas validadoras, mas na prática isto não tem sido observado.

A Dra. Branca Americano acrescentou que este problema levantado pelo Dr. Miguez se refletia diretamente nas Licenças Ambientais apresentadas. Destacou que muitas vezes o processo de análise destes projetos torna-se difícil, pois envolve uma série de fazendas cujos nomes nem sempre conferem com os apresentados nas licenças ambientais.

Na opinião da Dra. Laura Porto este problema é extremamente sério. Acrescentou que um dos projetos aprovados pelo PROINFA está sendo objeto de ação judicial justamente devido a uma questão semelhante a esta.

O Dr. João Antônio Salomão, representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento ponderou que atualmente já é comum informar a localização de uma propriedade agrícola com coordenadas georeferenciadas, entretanto, as licenças ambientais não apresentam tal informação.

O Secretário Executivo acrescentou que também nos PDDs/DCPs o georeferenciamento não é feito de forma satisfatória. Via de regra o que vêm sendo observado é que as propriedades agrícolas são georeferenciadas como um ponto, uma porteira. Não há como atestar a real localização e extensão da propriedade agrícola apenas com uma coordenada georeferenciada. Destaca que uma preocupação é que alguns projetos podem apresentar pontos distintos de uma mesma propriedade como projetos MDL distintos, o que acarretaria em dupla contagem.

O Dr. Guido Gelli avaliou que seria possível requer a identificação precisa da localização do empreendimento ou propriedade agrícola. Entretanto, destacou que seria necessário requerer que fosse informado o modelo do equipamento utilizado para aferir as coordenadas e também o sistema cartográfico utilizado (Ex: Sad ou Sirgas). Munido de tais informações será possível padronizar as informações apresentadas e localizar com relativa precisão os empreendimentos.

A Dra. Magda Aparecida de Lima, representando o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento ponderou se não seria interessante requerer dos proponentes de projetos que envolvam vários sítios, tal como este, que fosse fornecido um mapa georeferenciado dos empreendimentos.

O Dr. Guido avaliou que o desenvolvimento de um mapa elevaria o custo do tratamento dos dados.

A Dra. Branca Americano avaliou que a consistência interna do projeto também é um ponto que deve ser considerado. A identificação dos sítios do projeto com as Licenças Ambientais apresentadas é muitas vezes uma tarefa árdua.

O Secretário Executivo avalia que neste sentido o projeto deve ser posto em revisão a fim de corrigir as falhas apontadas.

A Dra. Laura Porto concordou com o posicionamento do Secretário Executivo e sugere que o projeto deva ser revisto. Destacou que em sua opinião as questões mais graves dizem respeito às licenças ambientais do projeto e ao desencontro de datas no PDD/DCP.

A Dra. Branca Americano acrescentou que as cartas convite encaminhadas aos atores regionais têm sido endereçadas a pessoas e não às instituições. Esta prática tem dificultado a confirmação do recebimento das cartas convite pelos atores regionais.

O Dr. Newton Paciornik criticou a sistemática que vem sendo adotada pela CIMGC ao requerer revisão ou envio de novas cartas convite após a submissão do projeto. Apontou que a alteração ou submissão de novas cartas convite após a emissão do relatório de validação são inócuas, uma vez que mesmo que os atores regionais se pronunciem, suas sugestões não serão levadas em consideração na validação do projeto.

O Secretário Executivo observou que uma possível solução seria a elaboração de um texto claro e objetivo na nova cartilha de submissão de projetos, que orientasse os desenvolvedores a emitirem todas as cartas convites aos atores regionais, durante o período de elaboração do projeto, assegurando que as respostas encaminhadas fossem levadas em consideração, sob pena do projeto não ser aprovado.

Destacou ainda que a CIMGC poderia encaminhar um ofício às entidades operacionais designadas com sede no Brasil, informando-as da relevância deste tema e esclarecendo que a partir deste momento projetos MDL não seriam aprovados caso tenha alguma pendência neste sentido.

A CIMGC deliberou pela **revisão** do Projeto de Mitigação GHG AWMS BR05-B-11 – Mato Grosso, Minas Gerais e São Paulo, Brasil, condicionada ao atendimento das seguintes observações:

1. Identificação precisa da localização de todos os empreendimentos, preferencialmente por meio de coordenadas GPS acompanhadas do modelo do equipamento utilizado e do sistema cartográfico.
2. No item C.1.1. do DCP (pág. 28), a data de início da atividade de projeto é prevista para 07.08.2004. Já no item C.1.1. do PDD (pág. 26), a data estabelecida é 08.07.2004. Solicita-se a correção da data no DCP. Vale o esclarecimento que no Guia de Orientação para elaboração do PDD está definido que o formato de data é DD/MM/YY, ou seja, os dois primeiros dígitos correspondem ao dia, os segundos ao mês e os terceiros ao ano. Não se deve, portanto, inverter a ordem na tradução para o português.
3. Reapresentar as cartas-convite observando:
 - a. As cartas-convite devem ser consistentes com o DCP, ou seja, devem citar os mesmos nomes das fazendas, assim como seus respectivos Municípios e Estados.

- b. Não deve constar da mesma referência à aprovação da atividade de projeto pelo Governo Brasileiro.
 - c. Deve constar no link apresentado o DCP da atividade de projeto BR05-B-11.
 - d. Deve constar do cabeçalho de endereçamento das cartas-convite informação que permita identificar os atores relacionados na Resolução nº 1, em particular, órgãos ambientais estaduais e municipais e associações comunitárias. Quando não houver um dos atores, uma declaração esclarecendo a situação deve ser anexada.
 - e. Deve-se evitar anexar à submissão cartas-convite endereçadas a atores não relacionados na Resolução no. 1.
4. Apresentar as cartas-convite a:
- a. Ministério Público de Mato Grosso;
 - b. Câmara Municipal de Lucas do Rio Verde (MT);
 - c. Órgão Ambiental Municipal de Florestal (MG), Amparo da Serra (MG), Rio Piracicaba (MG) e Patrocínio Paulista (SP);
 - d. Fórum Brasileiro de ONG's e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, em relação ao projeto em Nova Mutum (MT).
5. As licenças ambientais devem se referir aos locais/responsáveis dos empreendimentos do projeto; caso haja um nome de responsável na licença ambiental não listado no DCP, deve ser providenciado um documento ligando o responsável ao empreendimento. Os seguintes problemas devem ser sanados:
- a. **Fazenda JK**: esclarecer se é José Paulo Kummer ou a COOAGRIL – Cooperativa Agropecuária e Industrial Luverdense o responsável pela fazenda.
 - b. **Frosvan Agropecuária Ltda**: apresentar comprovação dos condicionantes da licença ambiental.
 - c. **Ideal Pork Suinocultura Ltda**: apresentar a relação de Otaviano Olavo Pivetta e Outros com a Ideal Pork Suinocultura Ltda, e as licenças ambientais referentes aos seus diversos locais.
 - d. **Sítio Santa Emília**: apresentar licença ambiental.
 - e. **Tarcísio Araújo Miranda – Sítio Barrinha**: apresentar licença ambiental ou esclarecer se ainda não venceu o prazo para sua liberação.
 - f. **Tarcísio Araújo Miranda – Sítio Varginha**: apresentar licença ambiental.
6. Apresentar a declaração da entidade operacional designada de que está capacitada a cumprir os requerimentos da legislação brasileira, como solicitado no Artigo 4 da Resolução nº 1.
7. Esclarecer a inconsistência entre as versões do DCP. No Relatório de Validação diz-se que a análise foi elaborada no DCP, fazendo-se referências a revisões de outubro e novembro; no entanto, o DCP apresentado tem Versão 1.0, de 09 de setembro de 2005.
8. Apresentar o DCP em tradução conforme com o PDD. Entre outras incorreções no DCP observa-se que a tradução feita para “baseline” (“base”) não corresponde ao termo consagrado e deve ser substituída por “linha de base”.

- **Projeto de Mitigação GHG AWMS BR05-B-10 – Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, Brasil;**

A Dra. Branca Americano informou que o projeto B-10 possuía, de uma forma em geral, os mesmos problemas apresentados pelo projeto B-11. Sugeriu que a questão do licenciamento ambiental fosse consolidada com o parecer encaminhado pelo Ministério do Meio Ambiente.

A Dra. Laura Porto informou que na opinião do MME este projeto possuía uma série de ressalvas que estão descritas no parecer encaminhado à CIMGC. Sua opinião foi que este projeto devesse ser colocado em revisão.

A CIMGC deliberou pela **revisão** do Projeto de Mitigação GHG AWMS BR05-B-10 – Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, Brasil, condicionada ao atendimento das seguintes observações:

1. Identificação precisa da localização de todos os empreendimentos preferencialmente por meio de coordenadas GPS acompanhadas do modelo do equipamento utilizado e do sistema cartográfico.
2. No item C.2.3.1. do DCP (pág. 33), a data de início do período de obtenção de crédito é 01.10.2005. No Relatório de Validação (pág. 7), a data estabelecida é 01.11.2005. Solicita-se o esclarecimento da data correta e a correção dos cálculos das emissões, se necessária.
3. Reapresentar as cartas-convite observando:
 - a. As cartas-convite devem ser consistentes com o DCP, ou seja, devem citar os mesmos nomes das fazendas, assim como seus respectivos Municípios e Estados.
 - b. Não deve constar da mesma referência à aprovação da atividade de projeto pelo Governo Brasileiro.
 - c. Deve constar no link apresentado o DCP da atividade de projeto BR05-B-10.
 - d. Deve constar do cabeçalho de endereçamento das cartas-convite informação que permita identificar os atores relacionados na Resolução nº 1, em particular, órgãos ambientais estaduais e municipais e associações comunitárias. Quando não houver um dos atores, uma declaração esclarecendo a situação deve ser anexada.
 - e. Deve-se evitar anexar à submissão cartas-convite endereçadas a atores não relacionados na Resolução no. 1.
4. Apresentar as licenças ambientais atualizadas dos seguintes participantes:
5. Do Estado de Goiás, os empreendimentos que apresentaram protocolos de renovação de licença com antiguidade superior a 9 meses:
 1. “Fazenda Campo Belo”;
 2. “Fazenda Rio - Doce Água Mansa Coqueiros”.
6. Do Estado de Goiás, os empreendimentos com licenças vencidas:
 1. “Fazenda Paraíso do Monte Alegre”;
 2. “Fazenda Paraíso do Monte Alegre – Granja Falchetti”;
 3. “Fazenda Rio Preto Moderna”.

7. Do Estado de Minas Gerais, o empreendimento sem licença apresentada:
 1. “Fazenda Pratinha”.
8. Apresentar evidências do cumprimento dos condicionantes que têm prazo, segundo as licenças ambientais, dos seguintes empreendimentos de Minas Gerais:
 1. “Fazenda Bom Jardim”;
 2. “Fazenda Babilônia”;
 3. “Granja Harmonia”.
9. Apresentar evidências sobre a qual local refere-se a Licença de Operação 149/2004, da “Fazenda Babilônia”, se ao “Sítio 1”, ao “Sítio 2 creche” ou a ambos os locais. Se for a apenas um deles, apresentar a licença ambiental do outro.
10. Esclarecer em que município se encontra a “Fazenda Bom Jardim - Granja São José”, se no Município Rio Verde (como está no protocolo de renovação da licença) ou no Município Montividiu (como está no DCP).
11. Apresentar evidências sobre qual local se refere a Licença de Operação 149/2004, da “Fazenda Babilônia”, se ao “Sítio 1”, ao “Sítio 2 creche” ou a ambos os locais. Se for a apenas um deles, apresentar a licença ambiental do outro.
12. Esclarecer a inconsistência entre a versão do DCP apresentada e aquela citada no Relatório de Validação. O DCP apresentado consta como sendo a versão 2 de 4 de novembro de 2005 e no Relatório de Validação consta que o mesmo foi feito com base no DCP revisado de outubro de 2005.
13. Apresentar o DCP em tradução conforme com o PDD. Entre outras, no DCP a tradução feita para “baseline” de “base” não corresponde ao termo consagrado e deve ser substituída por “linha de base”.

O Dr. João Antônio Salomão, representante do Ministério da Agricultura, pediu que o Ministério do Meio Ambiente se manifestasse sobre a prática que tem se tornado comum entre as agências ambientais regionais de conceder uma declaração de conformidade com a legislação ambiental para projetos que apenas apresentavam o protocolo de pedido de licenciamento. Destacou que sua preocupação é que estas agências estejam concedendo tais declarações com expectativa de que os projetos MDL solucionarão importantes problemas ambientais. Entretanto, existe a possibilidade de tais projetos não atenderem a estas expectativas. Neste caso, questionou, o que poderia acontecer com estes projetos e o que o MMA tem feito a este respeito deste assunto.

O Dr. Ruy de Góes Barros destacou que o MMA tem procurado estabelecer canais de contato com as agências ambientais regionais. Assim estas agências têm sido consultadas sempre que surge uma dúvida envolvendo algum projeto MDL. Esta dinâmica busca garantir, àqueles empreendedores que estejam em dia com o processo de licenciamento ambiental, o direito de prosseguirem com a implementação do projeto MDL e distingui-los daqueles que não se preocuparam em atender à

legislação ambiental. Acrescentou que os projetos MDL são tratados caso a caso, a fim de evitar que sejam cometidos equívocos.

O Secretário Executivo acrescentou que a preocupação da CIMGC é com a situação do projeto antes de sua submissão ao Conselho Executivo. Desta forma, caso venham a ser detectados equívocos, ingerências ou fraudes no projeto MDL aprovado pelo Conselho Executivo, a responsabilidade é da Entidade Operacional Designada que validou e/ou verificou o projeto.

➤ Projetos submetidos à CIMGC

- **Projeto de Diminuição de Gases de Efeito Estufa no Aterro de Canabrava Salvador – Bahia**

O Secretário Executivo informou que, teoricamente, não haveria problema em analisar este projeto, visto que um parecer técnico já havia sido preparado pelo MCT e/ou MMA.

A Dra. Branca apontou dois pontos relevantes que deverão ser considerados: (1) a necessidade do envio de Licença de Implantação da atividade do projeto contendo sua listagem de condicionantes, compatível com a potência estabelecida no DCP/PDD; e (2) a reapresentação das cartas de declaração do modo de comunicação do projeto e termos de compromisso, assinados por todos os participantes do projeto.

A Dra. Paula Benatti, representando o Ministério do Meio Ambiente, apresentou uma série de observações sobre o projeto em questão, em especial destacou a carência de informações apresentadas no Anexo III. Destacou a omissão dos proponentes do projeto quanto ao destino de centenas de famílias que trabalhavam no antigo lixão e, após a implementação do projeto, perderão sua fonte de subsistência. Assim, sugeriu que o projeto fosse posto em revisão.

A Dra. Laura Porto destacou também algumas críticas levantadas pelo MME concordando com a opinião dos demais ministérios.

O Dr. Lindemberg de Lima Bezerra destacou que no DCP/PDD foi utilizada a expressão “Royalty” de forma equivocada. Assim, requereu que esta expressão fosse corrigida, no DCP/PDD.

O Dr. Newton ponderou se a CIMGC não estaria destoando de seus objetivos ao preocupar-se com aspectos pouco relevantes ao tema das mudanças climáticas globais.

A Dra. Laura Porto entendeu que sugestões de melhoria do projeto podem e devem ser feitas sempre que o projeto estiver em revisão.

O Secretário Executivo concordou que qualquer melhoria no projeto é bem vinda, até porque facilita a aprovação dos projetos no Conselho Executivo.

A CIMGC deliberou pela **revisão** do Projeto de Diminuição de Gases de Efeito Estufa no Aterro de Canabrava Salvador – Bahia, condicionada ao atendimento das seguintes observações:

1. Reapresentação das cartas de declaração do modo de comunicação do projeto, do termo de compromisso, e da situação de conformidade ambiental e trabalhista, com assinaturas de **todos** os proponentes do projeto.
2. No DCP/PDD, item E.1 (pág. 24), afirmou-se que resíduos foram dispostos no aterro de 1974 a 2001. Contudo, no Sub-passo 3b da Ferramenta de Adicionalidade (pág. 11) e na Tabela 1 – Estimativa de emissões (pág. 25), o encerramento do aterro é apresentado com tendo sido em 1999. Solicita-se a correção da data de encerramento do aterro de forma que o DCP/DCP fique consistente. Caso seja necessário se corrija também a tabela com o cálculo das emissões evitadas;
3. Enviar cópia da Licença de Implantação do projeto, incluindo a lista de condicionantes e esclarecendo se a capacidade nominal de queima do metano pode ser aumentada, para estar de acordo com o DCP ou a Licença de Operação com a capacidade nominal suficiente para atender o previsto no DCP.
4. Apresentar a Licença Ambiental do Aterro Sanitário de Canabrava, onde a atividade de projeto será desenvolvida.
5. Complementar as informações requeridas pelo Anexo III da Resolução nº 1 desta Comissão, no que se refere aos aspectos das contribuições para a sustentabilidade ambiental local, para o desenvolvimento das condições de trabalho e a geração líquida de empregos, para a distribuição de renda e para a integração regional e articulação com outros setores. Quanto à poluição local, é necessária explicação sobre quais as emissões que levam a impactos locais na poluição do ar e que serão reduzidas, separando de maneira mais clara esse efeito daqueles relacionados aos gases de efeito estufa, cujos efeitos são globais.

➤ Novos projetos submetidos à CIMGC

O Secretário Executivo informou que existem quatro projetos submetidos para deliberação na próxima reunião, são eles:

- **Projetos de Geração de Energia Eólica Horizonte (PGEEH)**
- **Projeto de Geração de Energia Eólica Água Doce (PGEEAD)**
- **Projeto de Hidrelétrica da Incomex, Brasil**
- **Diminuição de Gases de Efeito Estufa no Aterro Sanitário do Aurã**

3. Outros Assuntos

- **Pedido da Econergy Brasil como participante do Projeto de Cogeração com Bagaço Monte Rosa, localizado na Nicarágua, de uma carta de aprovação do Governo Brasileiro.**

O Secretário Executivo destacou que o texto da carta já havia sido aprovado, porém o Dr. Rafael, representante do Ministério das Relações Exteriores, pediu para rever um pequeno aspecto do texto em inglês. Destacou que a Secretaria Executiva pediu à Econergy que enviasse o projeto de Cogeração com Bagaço Monte Rosa para conhecimento da CIMGC. A Econergy encaminhou o projeto completo, contendo PDD e Relatório de Validação.. Observou que não cabe à CIMGC avaliar esta documentação que simplesmente garante que o projeto de fato existe.

- **Carta MMA-MCT Centro Clima sobre esclarecimentos adicionais do Projeto USINA VERDE (UV).**

O Secretário Executivo informou ter recebido a carta encaminhada pelo MMA a respeito do projeto Usina Verde com um esclarecimento extremamente detalhado. Destacou também que este documento foi encaminhado à Ministra Marina Silva, ao Ministro Sérgio Rezende e ao Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas. O Secretário Executivo ponderou se não seria pertinente pedir ao Professor Emílio que encaminhe este documento ao Conselho Executivo do MDL, uma vez que a mesma carta encaminhada pela FBOMS à CIMGC também havia sido encaminhada ao Conselho Executivo do MDL.

O Dr. Ruy de Góes Barros informou que, com o recebimento da carta da FBOMS, o Ministério do Meio Ambiente contatou o Professor Emílio e encaminhou dois técnicos ao projeto Usina Verde. O posicionamento dos técnicos é que de fato várias das críticas apontadas pela FBOMS se confirmaram, tendo sido detectadas incongruências preocupantes nos dados apresentados no PDD/DCP. Entretanto, pediu à CIMGC que conceda algum tempo adicional, a fim de permitir que o Professor Emílio possa ser ouvido e tenha, assim, um direito de resposta. Pediu que este assunto volte para a pauta da 30ª Reunião da CIMGC.

O Secretário Executivo esclareceu que esta questão não envolve gases de efeito estufa, mas sim poluição local e, conseqüentemente, o licenciamento ambiental.

- **Atuação da Centrais Elétricas Brasileiras S.A – Eletrobrás como participante dos projetos MDL.**

O Secretário Executivo destacou que trata-se de uma carta encaminhada pela Dra. Laura Porto contendo várias perguntas, algumas delas podendo ser respondidas pela Secretaria Executiva, outras dizendo respeito a temas tratados pelo Conselho Executivo do MDL. Indagou à Dra. Laura Porto como ela gostaria que este tema fosse tratado. Sugeriu que a Secretaria Executiva preparasse uma resposta aos temas afetos, para serem discutidas durante a próxima reunião da CIMGC.

A Dra. Laura Porto esclareceu que esta carta foi preparada pela Consultoria Jurídica do Ministério das Minas e Energia em função da grande pressão feita pelos empreendedores e considerando que é atribuição da CIMGC manifestar-se sobre temas afetos a questões ligadas ao MDL.

O Secretário Executivo sugeriu que poderia proferir sua opinião pessoal sobre os temas apresentados de forma verbal.

Quanto ao item I nono do parágrafo “se a participação da Eletrobrás como proponente do projeto PROINFA no âmbito do MDL está em consonância com a legislação internacional vigente relativa ao Tratado de Quioto e à CQNUMC”, o Secretário Executivo informou que a legislação internacional não trata do tema “proponentes de projetos”, esta questão é regida por acordo entre as partes envolvidas. Na sua opinião pessoal não via problema para a participação da Eletrobrás como proponente de projeto.

Quanto ao item II “se todos os 144 empreendimentos ligados ao PROINFA podem ser agrupados como Proposta Programática, conforme mencionado no item 3 do Ofício, em um único DCP”, o Secretário Executivo esclareceu que em sua opinião os 144 projetos não podem ser agrupados em um único DCP, pois as decisões de Montreal estabelecem que o agrupamento de projetos será possível para atividades que utilizem uma mesma natureza (tipo de combustível), ou seja, a mesma metodologia. Ponderou que os 144 empreendimentos poderiam ser separados de acordo com o tipo de atividade e então agrupados em DCPs específicos para cada tipo de empreendimento, que utilize o mesmo tipo de metodologia.

A Dra. Laura Porto informou que esta questão foi colocada para o Banco Mundial que avaliou que projetos ligados a um programa, tal qual o PROINFA, poderiam ser agrupados em uma única atividade MDL.

O Secretário Executivo destacou que esta era uma proposta defendida pelo Banco Mundial antes da deliberação de Montreal, porém esta proposta não foi aprovada.

O Secretário Executivo avaliou que seria impossível utilizar, por exemplo, a metodologia ACM002 para projetos totalmente distintos como PCHs, Eólicas e Biomassa, pois os problemas enfrentados por estes projetos são totalmente distintos, a vida útil é diferente, os vazamentos são específicos para cada atividade de projeto. Enfim, não é viável construir um único PDD envolvendo empreendimentos tão distintos. Entretanto, informou que é complicado responder este tipo de pergunta pela CIMGC, uma vez que trata-se de um tema afeto ao Conselho Executivo.

A Dra. Laura Porto informou que estes questionamentos foram feitos sob a orientação do Ministro das Minas e Energias, Dr. Silas Rondeau Cavalcante Silva, que quer garantir o menor custo possível para o consumidor. Assim, pediu que toda estas questões fossem respondidas formalmente pela CIMGC.

O Secretário Executivo destacou que o Ministro das Minas e Energia já marcou uma audiência com o Ministro da Ciência e Tecnologia para tratar desta questão. Assim, avaliou que, provavelmente este tema deva ser discutido bilateralmente entre os dois ministros.

O Secretário Executivo ponderou que caso o MME decida proceder com a implementação destes projetos MDL à revelia dos empresários participantes do PROINFA, o que, provavelmente, ocorrerá será uma briga jurídica tal qual ocorreu no caso do projeto Aterro Bandeirantes.

Quanto ao item III “se a Eletrobrás é a única legitimada a atuar tanto como elaboradora dos Documentos de Concepção de Projeto ligados ao PROINFA, assim como comercializadora dos créditos de carbono que forem auferidos” o Secretário Executivo informou que não existe nenhuma regulamentação neste sentido.

O Dr. Lindemberg de Lima Bezerra sugeriu que o Ministério da Ciência e Tecnologia e o Ministério das Minas e Energias discutissem, bilateralmente este tema e trouxessem seu posicionamento para a 30ª Reunião da CIMGC.

A Dra. Laura Porto concordou com este entendimento.

O Secretário Executivo informou que a 30ª Reunião da CIMGC está marcada para o dia 12 de abril, já que em maio ocorrerão reuniões dos Órgãos Subsidiários da Convenção da ONU sobre Mudança do Clima e membros da equipe do MCT e outros Ministérios comparecerão a esta reunião.

Sem outros temas a serem tratados, o Secretário Executivo agradeceu a participação de todos os representantes dos Ministérios e declarou encerrada a reunião.